

mudar a



publicação do graal



PORTE PAGO

JANEIRO/FEVEREIRO 1984

48.

- *um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo*
- *um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade*
- *um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos*

QUESTÕES PLANETÁRIAS (1)

UM MUNDO INTERDEPENDENTE

Qualquer que seja o ângulo em que nos situemos, não podemos fugir à constatação de que o devir das sociedades contemporâneas se inscreve, a partir de agora, num quadro planetário.

Sociedades que puderam viver, até às últimas décadas, numa ignorância mútua quase total, vêem-se hoje sujeitas a influências mútuas e a uma interdependência cada vez maior. E se esta interdependência é, em alguns aspectos, fonte de enriquecimento mútuo, de abertura e de criação, ela é também, em múltiplas situações, fonte de frustração, na medida em que se faz acompanhar de uma crescente tomada de consciência das desigualdades existentes e de um agravamento sensível das condições de vida de alguns povos.

O progresso de uns condiciona a miséria de outros. Basta pensar nos estragos ecológicos causados por certos avanços técnicos, da maré negra ao aumento da taxa de gás carbónico na atmosfera, dos riscos de poluição generalizada às ameaças de contaminação nuclear. Quer se trate das fontes de energia ou das matérias-primas, quer estejam em causa os cereais, os minerais, os produtos brutos ou os produtos manufacturados, os utilizadores dependem, na maioria dos casos, de um produtor longínquo, que, por sua vez, tende a procurar no exterior as respostas necessárias para as suas carências. Encerrados num tal sistema, numerosos países são levados a privilegiar as produções de exportação, em detrimento de produções indispensáveis à sobrevivência das populações, como é o caso dos bens alimentares e de outras condições de base para o seu desenvolvimento.

Enquanto a internacionalização das trocas diminui a eficácia das políticas clássicas de regulação das economias nacionais, o peso das pressões externas

adquire força crescente na política interna de numerosos Estados. A sensibilidade a qualquer mudança no mapa político é cada vez mais viva. A perspectiva de uma guerra ou de uma revolução, a simples ameaça de mudança de regime num qualquer país, são imediatamente trazidas para a cena internacional, provocando, por vezes, reacções inesperadas de outras nações.

Estas múltiplas interações criam novas linhas de clivagem ou de solidariedade, entre os Estados e no seio das próprias nações. A acção e reacção dos governos juntam-se as tomadas de posição, menos conhecidas, de grupos cujas actividades e interesses se revestem de um carácter transnacional. O sistema de relações internacionais torna-se, assim, mais denso e mais diverso: os mecanismos de cooperação multilateral, regional ou internacional aplicam-se a novos domínios, ao mesmo tempo que se multiplicam as associações de interesses e as redes de relações financeiras, industriais e tecnológicas.

Os progressos científicos e técnicos dos últimos anos oferecem à espécie humana, pela primeira vez na sua história, os meios que poderão permitir-lhe ultrapassar algumas das grandes preocupações que a dominaram desde o começo dos tempos — alimentação, saúde, habitação, protecção contra os flagelos naturais, segurança. A extensão da educação abre a um número crescente de pessoas o acesso aos conhecimentos mais diversos, aumentando assim, de modo considerável, a capacidade de inovação e de intervenção. A chegada da quase totalidade das nações à soberania política dá a cada povo a oportunidade de se tornar sujeito da sua própria história e de assumir o seu destino colectivo. As trocas de bens, de capitais e de saberes multiplicam-se; os intercâmbios intelectuais e culturais



intensificam-se; as preocupações, as esperanças e os temores mundializam-se, para além das demarcações traçadas pela história ou criadas pela geografia.

Simultaneamente, porém, populações inteiras continuam a viver numa pobreza absoluta. Disparidades profundas continuam a separar os povos e os indivíduos. O próprio progresso suscita contradições, incertezas e interrogações. O meio natural é alvo de

atentados inquietantes. As tensões tendem a exacerbar-se entre nações e no interior de algumas delas. Os meios de destruição aperfeiçoam-se e acumulam-se. As armas nucleares, pela sua quantidade e capacidade destruidora, são já susceptíveis de aniquilar tudo o que a humanidade construiu graças a esforços milenários.

UNIFORMIZAÇÃO OU ORIGINALIDADE?

As trocas e os contactos que se estabelecem a nível planetário fazem-se acompanhar, a certos níveis, de uma tendência crescente à uniformização dos gostos e dos comportamentos, dos estilos e das normas de vida, tal como são veiculadas pela difusão estandardizada dos mesmos folhetins televisivos, dos mesmos ritmos musicais, dos mesmos modos de vestir e dos mesmos sonhos de evasão.

Ao mesmo tempo, por uma espécie de reacção a esta tendência, assiste-se, em sentido contrário, a uma explosão renovada das especificidades.

Por toda a parte, as comunidades étnicas ou nacionais, as colectividades rurais ou urbanas, as entidades culturais ou confessionais afirmam a sua originalidade e esforçam-se por assumir e defender com vigor os valores que definem a sua identidade.

ASSIMETRIAS E DESIGUALDADES

O aumento das interdependências, que caracteriza a evolução desta segunda metade do séc. XX, faz-se acompanhar de um aprofundamento dos contrastes entre países.

Ao longo das décadas que se seguiram ao fim da segunda guerra mundial, o mundo conheceu, globalmente, um crescimento económico rápido, provavelmente sem precedentes na história. O valor acrescentado na indústria, à escala mundial, passou de 234 biliões de dólares, em 1948, a cerca de 1100 biliões, em 1980. Este aumento verificou-se, sobretudo, em países da Europa Ocidental, no Japão e em países de economia planificada, cuja contribuição para a indústria mundial passou de 15,2 % em 1953 a cerca de 30 % em 1980. Nos países do Terceiro Mundo o crescimento foi fraco: a sua parte na produção industrial apenas evoluiu de 6,2 %, em 1952, para cerca de 9 %, no fim dos anos 70.

Pode assim observar-se que, em 1979, quatro países industrializados representavam por si só mais de metade do produto bruto mundial. Enquanto, em 1980, o produto médio por habitante era de 10 660 dólares, nos países ditos de fraco rendimento ele não passava de 250 dólares (ou seja, quarenta e duas vezes menos).

Os dados económicos testemunham, com uma evidência brutal, a extensão das disparidades entre nações. Mas as desigualdades também se fazem sentir no interior da maior parte das sociedades. A prosperidade dos países altamente industrializados não exclui uma distribuição desigual dos rendimentos: também aí certas camadas da população levam uma existência difícil, por vezes mesmo precária. No Terceiro Mundo, enquanto vastos sectores da população não beneficiam de nenhuma das vantagens do progresso, as cidades surgem, em muitos casos, como pequenas ilhas de modernidade, em ruptura com o resto do país.

O quadro da miséria humana, que se concentra sobretudo nos países do Terceiro Mundo, é bem conhecido. Segundo indicadores do Banco Mundial, cerca de 800 milhões de pessoas podem considerar-se numa situação de pobreza absoluta; mais de 430 milhões de pessoas estão gravemente subalimentadas; 1 milhão de pessoas mal alojadas; 1 milhão e 300 mil pessoas não têm acesso a água potável. De acordo com as estatísticas da Unesco, 814 milhões de adultos são analfabetos e 120 milhões de crianças em idade escolar não frequentam a escola.

O problema da sub-nutrição faz-se sentir sobretudo em certas zonas urbanas e nas zonas rurais dos países mais pobres. Nestas, o carácter particular do regime de propriedade e diversos factores económicos conduzem à formação de vastos grupos de população sem terra e sem trabalho. Estes grupos não têm a possibilidade nem de produzir nem de comprar o suficiente para poderem viver; simultaneamente, são eles que têm menos acesso aos serviços de saúde, aos benefícios sociais e à educação.

Enquanto a esperança de vida média é, nos países industrializados, de cerca de 72 anos, nos países do Terceiro Mundo ela é apenas de 55 anos e, em certos casos, mesmo mais baixa. Enquanto a taxa de mortalidade infantil, das crianças entre 1 e 5 anos, é de um por mil, na maior parte dos países industrializados, a média, em certas regiões, em numerosos países do hemisfério sul, é de 20 e ultrapassa os 30. Em cada mil crianças que nascem nos países menos desenvolvidos, 200 morrerão antes de alcançar 1 ano, 100 antes de atingirem os 5 anos, e apenas 500 terão probabilidade de atingir os 40 anos.

Nos países industrializados, apenas duas pessoas em 100 são analfabetas, nos países em desenvolvimento a percentagem é de 41 e atinge, em certos casos

60. À ausência de condições de acesso à educação, vêm naturalmente associar-se problemas de desemprego e sub-emprego. Segundo cálculos da OIT, seria necessário criar, até 1987, mais de 600 milhões de empregos para que o conjunto do Terceiro Mundo pudesse dispor dos postos de trabalho necessários à

sua população. Com efeito, nestes países, para além de um pequeno sector privilegiado, compreendendo a função pública e algumas empresas de sectores considerados modernos, a grande maioria da população activa conta apenas com empregos ocasionais, irregulares, mal pagos e pouco protegidos.

CORRIDA AOS ARMAMENTOS

Será possível fazer face aos problemas fundamentais que se colocam à humanidade e, em particular, ao problema do desenvolvimento concebido numa visão planetária, enquanto sobre a humanidade pesa a ameaça da guerra nuclear, ou seja, a ameaça do aniquilamento total?

No nosso tempo, a guerra mudou de natureza. A importância e o poder destruidor tanto das armas nucleares modernas como das armas químicas biológicas são tais que a sua utilização implicaria necessariamente a destruição da humanidade. O que distingue a época actual das que a precederam é, precisamente, a capacidade que a humanidade tem de se autodestruir. É ilusório pensar que um conflito nuclear possa permanecer localizado e que as suas consequências possam ser controladas. As explosões atómicas seriam de uma tal amplitude que o conjunto da humanidade correria o risco de ser rapidamente atingido.

Com o objectivo de atenuar os perigos resultantes do desenvolvimento das armas nucleares, numerosos esforços têm sido empreendidos, tanto no seio do sistema das Nações Unidas como no quadro de negociações bilaterais. Do mesmo modo, numerosas organizações e associações de diversas tendências, bem como pessoas singulares de diferentes opções políticas

e religiosas, têm expresso com veemência a sua inquietação face aos riscos mortais de um eventual conflito nuclear.

A ameaça continua, porém, a pesar sobre as relações internacionais. Trinta e sete anos depois da explosão da primeira bomba atómica em Hiroshima, cinco países dispõem «oficialmente» de armamento nuclear, enquanto vários outros se mostram dispostos a adquiri-la ou dispõem de meios para isso. O stock mundial de arsenais nucleares está orçamentado em 60 000 armas. Compreende-se, assim, que para além das ameaças que comporta e dos recursos que esteriliza, o «equilíbrio do terror» entre as grandes potências detentoras de armamento conduza, inevitavelmente, à procura ou ao reforço de zonas de influência e à conseqüente desestabilização de qualquer processo de desenvolvimento nacional que se queira autónomo.

A corrida aos armamentos é, incontestavelmente, o fenómeno que, pelas suas dimensões e implicações, domina a cena mundial. O montante das despesas militares ascendeu, em 1980, a mais de 500 biliões de dólares, o que representa 20 vezes o montante total de ajuda dos Estados ao desenvolvimento. O que aconteceria se uma parte importante desses recursos viesse um dia a ser consagrada a tarefas de desenvolvimento!

RECONVERSÃO URGENTE

A corrida aos armamentos mobiliza actualmente preciosos recursos humanos e, em particular, um grande número de cientistas do mais alto nível. Avalia-se em 400 ou 500 mil o número de cientistas e engenheiros que se consagram a actividades de investigação militar.

Um quarto das despesas mundiais de investigação são utilizadas para fins militares. Segundo algumas fontes, essa proporção chega mesmo aos 40 %.

Se esse imenso potencial de pesquisa fosse posto ao serviço do bem-estar humano, quantos progressos se verificariam na resolução dos grandes problemas mundiais, nomeadamente em matéria de saúde, educação e produção agrícola?

A urgência de uma tal reconversão, que comporta, como é óbvio, uma forte componente ética, é um dos elementos fundamentais do debate contemporâneo sobre as finalidades da ciência e da tecnologia.



DIREITOS DO HOMEM

Apesar da noção de «direitos humanos» se ver hoje ampliada e enriquecida — compreendendo não só os direitos civis e políticos mas igualmente os direitos económicos, sociais e culturais —, apesar das aspirações ao desenvolvimento e à paz serem cada vez mais reconhecidas em termos de direito, apesar de se afirmar que não só os indivíduos mas também os povos têm direitos próprios, a verdade é que, 33 anos após a adopção da Declaração Universal dos direitos hu-

manos, o mundo continua a oferecer um espectáculo preocupante nesta matéria.

O regime do apartheid, mantido na África do Sul ao arrepio das repetidas condenações da comunidade internacional, continua a institucionalizar o racismo e a negar, pela sua própria existência, o princípio mais fundamental sobre o qual repousam os direitos humanos: o princípio da unidade da espécie humana e da igualdade de dignidade de todos os seres huma-

nos. De resto, o racismo manifesta-se ainda noutros lugares e sob diversas formas, de maneira mais ou menos aberta ou insidiosa: gera processos de discriminação, de marginalização, de exploração, em domínios como a habitação, a saúde, a educação e, sobretudo, o trabalho.

Do mesmo modo, o direito dos povos a disporem de si próprios é também alvo de graves atentados. Há povos que sofrem ainda opressão política, fruto de circunstâncias históricas antigas ou de factos recentes. O direito à auto-determinação continua a ser negado a numerosas comunidades.

O mundo conta, na hora actual, cerca de dez milhões de refugiados, cuja situação é particularmente dramática, dada a precariedade das suas condições de vida, o seu desenraizamento e a dificuldade de en-

contrarem soluções viáveis, na presente conjuntura político e económica.

No que se refere às liberdades individuais, a situação não é menos inquietante. Muitos direitos fundamentais são postos em questão, quer por um terrorismo cego, que atinge por vezes os mais inocentes, quer pelas autoridades estabelecidas. Numerosas são as situações em que o poder imposto recusa as liberdades políticas e associativas, reprimindo os movimentos de oposição. Mais grave ainda é a tendência a reforçar a repressão oficial através de processos à margem da legalidade e do Estado, pela prática oculta de raptos e assassinatos, cujos autores beneficiam de uma espécie de imunidade. Para além disso, e apesar da legislação da maior parte dos Estados o interdizer, a tortura é ainda praticada, bem como outras formas de tratamento humilhantes e degradantes.

EXIGÊNCIA INCONDICIONAL

A própria denúncia das violações dos direitos humanos não escapa, por vezes, às clivagens políticas do mundo.

Assim, os mesmos que se indignam com certos factos quando eles são praticados pelos seus adversários, tendem a minimizar factos semelhantes quando os responsáveis partilham a sua

visão do mundo ou servem os seus interesses.

Assim se instaura uma certa complacência das consciências.

Urge opor-lhe uma exigência incondicional de respeito pelos direitos do homem, qualquer que seja o juízo político sobre a situação particular em causa.

SISTEMA ECONÓMICO INTERNACIONAL

A situação actual não é, afinal, senão o estágio mais recente de uma evolução cujas origens remontam a um passado longínquo. O progresso de certos países, a constituição, em seu benefício, de vastos impérios coloniais, o desenvolvimento no seu território da revolução tiveram como efeito assegurar-lhes uma supremacia económica que trouxe consigo, como consequência inevitável, a redução de vastas partes do mundo à situação de «dependência» que hoje conhecemos.

Colonizados ou não do ponto de vista político, a maior parte dos países «dependentes» desempenharam o papel de reservas de matérias-primas e de mercados privilegiados para os produtos manufacturados dos países dominantes. Assim, as economias destes países tiveram que evoluir sob pressão de imperativos suscitados do exterior e não em função das suas necessidades internas.

Ainda hoje, se exceptuarmos o petróleo, os países do Terceiro Mundo não têm qualquer domínio sobre os preços dos produtos que constituem a base das suas exportações nem sobre os produtos que se vêem forçados a importar. O seu modelo de desenvolvimento

foi concebido, teorizado e orientado em referência a um sistema económico internacional que lhe foi imposto.

O subdesenvolvimento foi, durante muito tempo, interpretado como um atraso de certos sectores de actividade socio-económica relativamente ao avanço dos mesmos sectores em países considerados desenvolvidos. Por sua vez, o desenvolvimento era olhado como um processo contínuo e universal, aplicável a todos os tempos e lugares, segundo uma sequência por etapas. Assim se pensava que as sociedades tradicionais de predominância agrícola se encaminhariam necessariamente para a sociedade «moderna», caracterizada como sociedade de consumo.

Foi para ultrapassar esta situação que a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou, em 1974, o programa para uma nova ordem económica internacional, baseado numa nova visão das relações entre os povos.



Amadou-Mahtar M'Bow
UNESCO — Plano a médio prazo
(1984-1989)

Publicação bimestral. Assinatura anual: 150\$00; número avulso: 25\$00; estrangeiro: 400\$00. Directora: Maria Teresa Santa Clara Gomes.

Propriedade e administração: GRAAL — Rua Luciano Cordeiro, 24, 6.º-A — 1100 Lisboa. Comp. e impressão: Sílvias - Coop. de Trab. Gráficos, crl.